



Camaradas:

Nada tem ficado incólume!

As Forças Armadas, no que respeita aos meios e recursos indispensáveis ao cumprimento das missões que lhe estão cometidas no âmbito da nobre missão definida na Constituição da República Portuguesa, e, no seu contexto, os militares que se sentem sucessivamente desrespeitados em resultado de medidas que os atingem ferindo a sua dignidade, mais parecendo haver a deliberada intenção de os humilhar, num crescendo que mais se assemelha a provocação!

A carreira é coisa do passado (Congelamento de promoções, contínua alteração de regras estatutárias (da reserva e outras), violenta degradação das condições remuneratórias, cega e descabelada investida aos seus direitos sociais, nomeadamente com as alterações à reforma, saúde e apoio social (ADM/FPMFA/HFAR, etc.).

E importa ter a consciência que tudo vai acontecendo num contexto mais alargado de um objectivo tenazmente prosseguido – o desmantelamento do Estado tal como o conhecemos, com os meios e suficientes capacidades para servir a comunidade. Mas, para isso, há que fragilizar os alicerces que o sustentam, nomeadamente pondo em causa um dos seus fundamentais pilares – as Forças Armadas e os seus militares.

Num âmbito mais vasto do repúdio por um generalizado afrontamento da população, temo-nos vindo a bater pelo fim de tamanha investida contra os militares. Combatendo e denunciando de diferentes modos, em batalhas de uma guerra que parece não ter fim, mas que, cremos, levaremos de vencida porque, a força da razão há-de sobrepor-se à razão da força. Assim o queiramos todos, os militares e os portugueses que jurámos servir, se necessário com o sacrifício da própria vida!

Face ao continuado acentuar da deterioração das condições de uma área tão sensível como é a saúde e o apoio social, estamos aqui, hoje, para reclamar dos responsáveis políticos uma outra postura e um respeito que tem faltado, pelos direitos que assistem à família militar. Concretamente, para me referir ao que se verifica na vertente da assistência hospitalar.

Nada nos move contra a integração dos hospitais militares. No pressuposto de que tal processo fosse conduzido tendo como fundamental objectivo a garantia de que os cuidados de saúde anteriormente prestados pelas diferentes unidades hospitalares seriam, se não melhorados, pelo menos igualados.

Mas nada disto está a acontecer!

A natureza e magnitude de tal propósito, numa área tão sensível como é a saúde, pressupunham estudos aturados de que resultassem vantagens que permitissem exponenciar competências, uma outra massa crítica, ao mesmo tempo que seria obtida uma espectável economia de recursos humanos e materiais e, desejavelmente, um incremento na qualidade dos serviços prestados.

Mas, não. Entendeu-se **concentrar** e não **integrar**. Não olhando a meios, cegamente, custasse o que custasse, havia que **concentrar**. E, para isso, foram realizados supostos estudos que, à partida, desenharam o problema de forma enviesada: em lugar de especialistas de outras áreas o Sr. Ministro da Defesa Nacional deveria ter congregado o esforço da engenharia para, antes de enfiar o “Rossio na rua da Betesga”, conceber e construir as necessárias infraestruturas que permitissem acolher o que antes se dispersava por quatro unidades hospitalares.

Ou, porque os recursos são exíguos, deixar suspenso tal projecto até que fossem reunidas as mínimas condições para levar por diante uma integração que, realizada com outra tranquilidade, poderia e deveria servir os objectivos para que primordialmente teria que ser orientada – a adequada e qualificada assistência na saúde à família militar.

Em seu lugar, assiste-se, sim, à degradação das condições de assistência sanitária no contexto da cega e atribulada integração dos Hospitais militares.

Sucedem-se inúmeras queixas relacionadas com a marcação de consultas (até no atendimento telefónico) que se arrastam por meses a fio. Há médicos que não podem exercer a respectiva actividade por falta de condições que lhe permitam tal exercício, nomeadamente a ausência de gabinetes.

Tudo isto vai acontecendo ao mesmo tempo que se mantém a dispersão dos serviços, desperdiçando a possibilidade da rentabilização das valências da gestão hospitalar e concorrendo para a confusão e ineficácia dos serviços dispensados, com prejuízo profusamente manifestado por muitos dos nossos camaradas ou familiares seus que, face à inoperância com que são confrontados, acabam por ter que recorrer a alternativas para ultrapassar os problemas de saúde com que se defrontam.

E, tudo isto vai acontecendo, fruto de um processo que, na sua génese, padece de um mal de irremediável cura: a obstinada cegueira de redução de custos, custe o que custar, quando, o bom senso e o equilíbrio, aconselhariam outras opções que acautelassem o que deveria constituir a primeira e fundamental preocupação: continuar a servir e, se possível, melhorar a qualidade e quantidade dos serviços prestados.

Mas, como sem ovos não é possível fazer omeletas, era previsível o mau resultado que temos pela frente com prejuízo de todos nós, nas vertentes, quer da saúde familiar, quer da saúde operacional.

Enquanto isso, ao que sabemos, no meio de dificuldades de toda a ordem, o extinto hospital da Marinha tem “às moscas” um bloco operatório de quatro salas com novíssimos equipamentos, do melhor que há.

E, num ambiente de generalizada confusão, segundo relatos que nos chegam, há obstáculos no acesso aos necessários relatórios para efectuar exames de sanidade, num contexto de dificuldades na coordenação com os Ramos, ao que se diz, resultado de um figurino erradamente desenhado, de acordo com o qual o actual Director ficou a depender directamente do Ministro da Defesa Nacional, condição que faz questão de lembrar a todo o momento.

Enfim, um quadro de muita incompetência e decorrente inoperância, revelador também de quão precipitada foi e está a ser a integração em curso, denunciando a ausência de adequados estudos que conferissem sustentação ao objectivo que deveria constituir a primordial preocupação dos responsáveis, garantindo a conveniente e eficaz prestação de cuidados de saúde, quer na vertente operacional quer à família militar.

Caros camaradas; a par de tantas outras situações em que o desrespeito pelos militares parece constituir palavra de ordem dos actuais responsáveis pela governação, até uma área tão sensível como esta, tem servido de pretexto para nos apoucar, alimentando a indignação entre os militares, sentimento que, de todo, consideramos não ser compaginável com a Instituição que servimos.

Vamos, pois, exigir que nos respeitem.

Não se admite uma situação destas!

Haja respeito pelas Forças Armadas!

Honrem-se os militares que delas fazem parte!

Molestados e diminuídos nos direitos associados à nossa condição militar, ao mesmo tempo que se mantêm as inúmeras restrições e severos deveres, queremos daqui proclamar a nossa firme recusa em vermo-nos despojados da dignidade que merecemos.

VIVAM AS FORÇAS ARMADAS DE PORTUGAL
VIVAM OS MILITARES QUE DELAS FAZEM PARTE

O Presidente da Associação de Oficiais

Manuel Martins Pereira Cracel

COR